



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Requerimento nº /2011.
(Da Deputada Erika Kokay)**

Requer a realização de uma Diligência em São Gabriel da Cachoeira com o objetivo de investigar denúncias de abuso sexuais às índias praticados por pessoas que integram o Exército Brasileiro, que fiscalizam e monitoram as fronteiras.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Com amparo no art.117, combinado com o art. 255 do regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização da Diligência, em São Gabriel da Cachoeira com o objetivo de investigar denúncias de abuso sexuais às índias praticados por pessoas que integram o Exército Brasileiro, que fiscalizam e monitoram as nossas fronteiras.

JUSTIFICATIVA

São Gabriel da Cachoeira é um município situado no extremo noroeste do estado brasileiro do Amazonas. Dista 852 quilômetros da capital do estado de Manaus. Situa-se na Bacia do Alto Rio Negro, o município é considerado um ponto estratégico pelo país e, por essa razão, a cidade é classificada como [área de segurança nacional](#), pela Lei Federal Número 5 449, de 1968.

No município, encontra-se sediada, atualmente, a [Segunda Brigada de Infantaria de Selva](#) do exército brasileiro; o [Quinto Batalhão de Infantaria de Selva](#); a [21ª Companhia de Engenharia de Construção](#) e o Destacamento do Controle do Espaço Aéreo de São Gabriel da Cachoeira.



No dia 15 de agosto de 2000, a Procuradora regional da República, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, oficiou o Presidente da Funai, Glênio Alvarez, com a finalidade de instruir procedimento administrativo firmado a partir de denúncia contida em reportagem do jornal “O Globo” publicada em 21 de maio daquele ano. Na oportunidade, a Procuradora solicita informações a respeito das providências tomadas pela FUNAI no sentido de apurar denúncias de abuso sexual de índias Yanomami envolvendo militares do Pelotão de Infantaria de Selva da região de Surucucus.

Em 18 de setembro do ano passado, os Tuxauas Yanomami do Pin Surucucus solicitaram à FUNAI providências quanto aos casos de abuso sexual que estariam ocorrendo naquela região. No mesmo documento, as lideranças indígenas informam que os militares estavam desmatando para retirada de lenha e que isso começava a espantar a caça. Informavam, também, que os militares jogavam suas fezes nos igarapés de onde os índios retiram a água para beber. Em ofício endereçado ao Superintendente Regional da Funai, em 20 de outubro de 2000, o coordenador dos programas de saúde da Funasa, Aldacy de Souza Xavier, informava que o coeficiente de mortalidade infantil entre os Yanomami na região de Surucucus era de 153 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas; que havia 4.250 índios com malária; 18 com tuberculose e **7 com suspeita de DST. Em outro documento, datado de 25 de outubro, a mesma autoridade informa que os sete casos de DST foram confirmados, totalizando 9 casos de gonorréia** entre maio e outubro daquele ano. Também em 20/10, o coordenador da Pastoral Indigenista, Renato Lang, oficiou ao administrador regional da FUNAI, ao administrador da FUNASA e à Procuradoria da República em Roraima, **solicitando providências diante das denúncias de abuso sexual contra índias Yanomami feitas pelo líder Davi Kopenawua em 11 de outubro. As mesmas denúncias foram sublinhadas pelo documento final da assembléia Yanomami de 15/16 de outubro e assinadas por PeriXiri Xana Yanomami.** O jornal Folha de São Paulo retratou essa denúncia em matéria no dia 22 daquele mês, o mesmo ocorrendo no dia 23 em matéria do jornal Folha de Boa Vista. No dia 11 de novembro de 2000, o administrador regional da FUNAI enviou ao Presidente da entidade documentos onde se confirmam as denúncias de abuso sexual. Por esses documentos, registrou-se que as índias identificaram através de fotos os soldados com quem mantiveram relações sexuais, apontando os nomes de E. S. P, A. L. C. , F. R. F. P. , J. S. R., L. S. F., J. R. S. S e J. N. S. S. (3) As índias apontaram, ainda, os servidores da COMARA, conhecidos como “T” e “C”, que mantiveram relações sexuais com as índias.

Pelas informações que pude recolher ao longo dos contatos mantidos em Roraima, foi possível apurar que apenas na comarca de São Gabriel das Cachoeiras, AM - também área Yanomami - há, nada mais, nada menos que 157 ações de alimentos de índias contra militares, sendo que desse total, 34 decisões judiciais já foram favoráveis às demandantes. Essas decisões vêm sendo cumpridas mediante desconto em folha dos militares condenados. Ora, o que esse dado parece revelar é a existência de uma praxe de violações e abusos sexuais praticados por militares contra as índias em toda a região; o que vem sendo hipocritamente negado pelos autoridades militares que já se manifestaram sobre o tema.

Não resta qualquer dúvida sobre a ocorrência de casos de abuso sexual praticados por militares contra índias Yanomami. Tais casos, ao que tudo indica, não estão restritos à área de Surucucus e parecem integrar um problema de dimensões até agora não imaginadas.

- ✓ A existência de unidades militares em áreas indígenas tem agregado problemas ao invés de soluções. Particularmente, nos parece inaceitável que eventuais unidade militares sejam instaladas sem um acordo prévio com as lideranças indígenas e ao lado de suas comunidades. Além do problema



enfocado de abusos sexuais e dos graves riscos de saúde às populações indígenas por conta da disseminação de doenças sexualmente transmitidas, as unidades militares desmatam para obter suprimentos de lenha, lançam seus dejetos nos igarapés onde os índios se abastecem e induzem os índios a manterem relações de dependência.

Diante do exposto, solicito essa diligência para apurar as denúncias que violam os direitos sexuais das mulheres e crianças indígenas do local.

Na expectativa de contar coma Vossa atenção, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

ERIKA KOKAY
Deputada Federal PT/DF